

II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”

Entre a serra e o litoral: fugas e quilombos na fronteira leste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina¹.

Luana Teixeira*

Breve apresentação da região em estudo

Em 1856 os presidentes das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina conversavam sobre a implementação de casas de pouso entre Porto Alegre e Laguna. A iniciativa visava acabar com a precariedade das estradas que seguiam pelo litoral e ligavam as duas províncias do extremo sul brasileiro. A comunicação inter-provincial, realizada até então predominantemente pela serra, passaria a se estender pela planície litorânea². A execução do projeto foi iniciada ainda em 1856, mas a precariedade das construções aliadas às intempéries – principalmente o “forte vento sul e as chuvas” que anualmente atingem a região – resultaram na demora da implementação de uma estrutura adequada para incrementar o trânsito pelo litoral³.

Dezesseis anos depois, em 1872 a população de São Francisco de Paula de Cima da Serra contabilizava 5458 almas⁴. Uma foto de 1878 revela que o mesmo povoado não tinha mais que 30 casas. A população estava espalhada pela enorme extensão do município, indo até a fronteira com Santa Catarina na região das escarpas do fim da serra geral. Fazendas de produção de gado espalhadas pela área municipal formavam pequenos núcleos onde conviviam a família senhorial, escravos, agregados e trabalhadores livres.

Para muito antes do tempo da história, no Cretáceo Inferior (mais ou menos há 110 milhões de anos), o Atlântico Sul iniciava o processo geológico de abertura, separando as

¹ Essa comunicação é parte da pesquisa realizada em 2005 para conclusão do relatório sócio-antropológico sobre a comunidade remanescente de quilombo de São Roque, realizado através do convênio NUER (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas - UFSC) e INCRA.

* Graduada em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS

² APESC – Correspondência entre presidente da Província de Santa Catarina com outros Pres. Prov., 1856.

³ A pesquisa com correspondência de subdelegados para o presidente da província –ainda inconclusa- indicam os vários problemas que vão ocorrendo para a implementação de um via de transporte no litoral.

⁴ Segundo o recenseamento realizado pelo Império do Brasil em 1872. O município de São Francisco abrangia a área hoje relativa ao município de mesmo nome e Cambará do Sul. Ao aprofundarmos a pesquisa estaremos nos referindo principalmente a área desse segundo município na atualidade.

placas sobre as quais estão hoje localizadas a América do Sul e a África. Esse processo resultou no que hoje chamam os geólogos de Província Paraná-Etendeka, abrangendo o sul do Brasil e a região da Namíbia na África. Sucessivos derrames vulcânicos irão caracterizar essa Província, que na região de Cambará do Sul será marcada pelo solo ácido no topo. A acidez do solo o torna impróprio para a maioria dos cultivos e permite boas pastagens. Como característica desse relevo encontra-se as férteis escarpas do fim da Serra Geral, que “derramam-se” em direção ao litoral de Santa Catarina. Essa região está hoje localizada na área abrangida pelo Parque Nacional dos Aparados da Serra e Serra Geral (RS e SC)⁵.

Estamos, portanto, focando nosso olhar para a região da fronteira extremo sul de Santa Catarina com o nordeste rio-grandense. Percebemos um litoral desabitado. Uma região de serra onde a produção de gado se desenvolve assentada sobre grandes extensões de terra, que na maior parte das vezes não são boas para a agricultura. E uma fronteira natural de escarpas que dificultam o trânsito entre esses dois sistemas, além de serem extremamente férteis.

Apresentando as questões

Retornando a 1856. Neste ano o sub-delegado de São Francisco de Paula e o pároco local irão reclamar ao Presidente da Província do Rio Grande. O problema era que o sub-delegado de Araranguá – mais próxima sub-delegacia da província vizinha – estava propagando aos moradores da costa (escarpas) que estes deviam obedecer à sua autoridade. Mediante as reclamações dos moradores, as autoridades municipais escrevem indignadas. Explicando a origem dos habitantes da costa, alega o sub-delegado que:

“...esses indivíduos [aqueles que a autoridade catarinense tenta submeter à sua jurisdição] parte do anno moram nesta Freguezia e que só passam por lá três légoas mato dentro quando vão fazer suas roças. Os primeiros cultivadores foram moradores desse destrito e só iam lá fazer suas roças e depois voltavam para suas fazendas de campo...”⁶

Infelizmente os documentos não permitiram acompanhar os desdobramentos do embate. Mas um dado fundamental sobre a economia da região se depreende das correspondências pesquisadas. A produção agrícola das fazendas localizadas próximas à fronteira catarinense (município de Cambará do Sul e localidade de Tainhas) se

⁵ Ver Umann, 2001 e Umann, Delima, Sommer & Liz, 2001.

⁶ AHRs, polícia, maço 53: correspondências delegados e subdelegados com presidente da província, São Francisco de Paula de Cima daSerra, anos 1855-1856/1970/1876/1880.

complementava com o deslocamento de trabalhadores para as escarpas a fim de desenvolver a agricultura, levando o resultado da colheita para a sede em cima da serra. Osório já demonstrou como na economia rio-grandense, as fazendas pecuaristas não tinham exclusiva produção pastoril, desenvolvendo concomitantemente a atividade agricultura (Osório, 2004). Percebemos que mesmo em áreas não favoráveis a esta produção, como as terras de topo de Cambará, alternativas se construíram para a efetivação da produção agrícola no interior das “estâncias” de gado.

Logicamente aqueles que parte do ano lavram na costa e depois “voltam para suas fazendas de campo” não são os proprietários dessas fazendas. Podem ser agregados, trabalhadores livres ou escravos. A se constatar que: 1) como demonstram estudos para outras regiões pecuárias, a presença de trabalho escravo na produção de gado correspondia a quase metade dos trabalhadores empregados⁷; 2) em fins da década de 40, trinta por cento dos batismos registrados na paróquia de São Francisco de Paula eram de escravos⁸; 3). no recenseamento de 1872, 20% da população da paróquia era escrava e 46% afrodescendente (anexo I); podemos supor que trabalhadores compulsórios se deslocassem para as escarpas a serviço de seus senhores. Esta interessante relação de trabalho entre senhores e escravos é narrada por uma comunidade remanescente de quilombo que ainda hoje se encontra nas escarpas do fim da serra. A memória da comunidade remanescente de quilombos de São Roque, localizada na região em questão, além das histórias acerca de fugas de escravos das fazendas de São Francisco também resgata outras formas dos escravos se aproximarem dos locais de refúgio na região⁹.

Segundo contam, para uma localidade vizinha a São Roque, chamada Mãe dos Homens, os senhores mandavam os escravos roçarem parte do ano, para depois levarem a produção para as estâncias. A esta peculiaridade das relações entre senhores e escravos na região, que implica entre outros fatores o trabalho escravo longe do domínio senhorial, agregam-se os relatos de fugas e formação de quilombos. Um primeiro problema de pesquisa é colocado: como se davam as relações de domínio e trabalho entre senhores e escravos em

⁷ Nos referimos, principalmente à Farinatti, 2003. Cabe salientar que essa média aproximativa apenas é muito diferente ao se observar a produção em fazendas com menos de 100 reses, nas quais predomina o trabalho familiar.

⁸ ⁸ AHRS, documentação paroquial, maço 24, caixa 12. A presente documentação consiste nos relatórios apontando dados acerca de batismos, casamentos e óbitos. Foi encontrada para os anos colocados na tabela. Em alguns casos, os dados referem-se à apenas um semestre dos anos referidos.

⁹ É importante notar que foi das narrativas da comunidade, recolhidas durante os trabalhos de campo realizados nos primeiros meses de 2005 que iniciou-se a pesquisa documental que compõe esse relatório. A pesquisa de campo foi coordenada pelo antropólogo Ricardo Cid Fernandes e compôs a equipe, junto a autora do presente texto, a socióloga Cíndia Brustolin.

São Francisco de Paula, de economia predominantemente pecuária? O outro problema consiste em perceber como a região em questão, particularmente as escarpas localizadas entre a serra e o litoral, se constituíram no século XIX como um território de refúgio, no qual escravos, libertos e desertores reconstruíram suas relações sociais.

Durante a realização da pesquisa pertinente a realização do laudo sócio antropológico foram levantados elementos importantes para o desenvolvimento dessas questões. Porém, mais que uma resposta definitiva, o resultado final foi a opção de aprofundamento de tais questionamentos. Optamos por desenvolver essa comunicação de forma que, mais que apresentar resultados até o momento obtidos através do levantamento documental cruzado com as narrativas da comunidade, possamos estar apontando os rumos que daremos a pesquisa daqui por diante.

Buscando compreender o trabalho escravo numa economia pecuária: São Francisco de Paula de Cima da Serra.

As características do trabalho pecuário levaram a que por muito tempo a historiografia não considerasse a mão de obra escrava nessas unidades produtivas. No caso específico do Rio Grande do Sul, esta idéia esteve associada à construção de identidade regional que pregava a democracia racial, forjando uma falsa igualdade entre as etnias formadoras do estado. Na prática, essa postura evidenciava-se pela invisibilidade dos negros e índios na história rio-grandense. Na década de 70, o combate a essa idéia, que tem como expoente a obra de Cardoso, demonstrou que no Rio Grande do Sul, como o resto do Brasil, a escravidão, bem como a desigualdade social intrínseca ao sistema escravista, havia sido fundante da sociedade gaúcha (Cardoso, 1977). Porém, ao focar sua análise na empresa charqueadora, Cardoso reproduz a perspectiva, corroborada à época, principalmente por Freitas, de que dada às circunstâncias do trabalho pastoril, a escravidão na pecuária havia sido apenas “fortuita”. Considerando a perspectiva de ‘coisificação’ do escravo concernente à idéia desenvolvida por este autor, é compreensível que não seja possível conceber como podem ter existidos escravos campeiros que em cima de cavalos trabalhavam longe do seu senhor.

Ainda hoje ecoam essas idéias. A concepção da escravidão como sistema fundamentado exclusivamente pela coerção física, dificulta que se pense em outras formas de dominação e de relações de propriedade de homens sobre homens que não pela mão do

chicote. Buscar compreender a escravidão na pecuária torna-se um desafio interessante a ser enfrentado.

Pesquisas recentes deixam claro que na economia pecuária do Rio Grande do Sul a mão de obra escrava era corrente (Farinatti, 2003, Osório, 2004, Zarth, 1994), o que se confirma no caso de São Francisco de Paula. O nosso problema constituiu-se em compreender a dinâmica da sociedade formada nesse contexto específico do Brasil escravista da segunda metade do século XIX. O foco principal do problema recai sobre as relações de domínio em que estavam inseridos os sujeitos dessa sociedade.

Família

Compreender como se organizava a família, foi o primeiro caminho seguido. Coabitação entre senhores e escravos foi uma situação percebida. O grande número de batismos de escravos verificado na década de 40 (cerca de 30% sobre o total da população), cruzado com o grande número de cativos nascidos na região e com a verificação de que famílias de escravos estavam ligadas por gerações a determinadas famílias senhoriais nos fazem refletir sobre o grau de pessoalidade que marcam as relações de trabalho¹⁰. A discussão clássica sobre o paternalismo, bem como sobre o patriarcalismo são fundamentais para a compreensão de um contexto de trabalho marcado pela proximidade das partes envolvidas. Para o desenvolvimento dessa questão, perseguir trajetórias parece ser uma metodologia interessante. Um processo-crime analisado traz reflexões acerca de como perceber trajetórias pode ser elucidativo para compreender as relações de domínio entre senhores e escravos numa sociedade marcada por relações paternalista.

Jacinto, escravo de Israel Fogaça fugiu da casa do seu senhor “por cauza de dizavenção e lidas que teve com suas parceiras e irmans”¹¹. Permaneceu quatro dias fugido, quando retornou para apresentar-se ao seu senhor. Imediatamente é preso, acusado de ter cometido um triplo assassinato¹². No primeiro depoimento diz ter-se encontrado durante sua fuga com seus dois irmãos Claro e Manoel, igualmente escravos e fugidos. Jacinto alega ter

¹⁰ O recenseamento de 1872 traz a estatística de 78% de escravos nascidos nesta província. As cartas de liberdade indicam a predominância quase absoluta de escravos nascidos na província de Rio Grande, bem como, através da filiação indicam a vinculação da família escrava à senhorial (APERS – APERS – Livro de transmissões e notas, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Fev/1885-Jan/1888. Liv. 6, nº 68.e Livro de Transmissões e notas, Santo Antonio da Patrulha, livro 2, nº 65, de 15/09/1860 a 1/09/1865.

¹¹ APERS, Processo N1871, M56, E 58, Santo Antonio da Patrulha, 1866.

¹² A casa de Florêncio José Pereira, identificado como preto, foi queimada enquanto ele estava viajando a trabalho. Com ele na casa moravam sua companheira, um velho e uma menina de 12 anos. A mulher e o velho foram mortos na hora e a menina foi levada, sendo seu corpo encontrado cerca de 10 dias depois em um pântano um pouco distante da casa.

tentado persuadi-los a retornar aos seus senhores, no que foi atendido por Claro. Este também foi preso, mas logo fugiu da prisão. Jacinto foi indiciado, transferido para Santo Antônio e passou um ano encarcerado até seu julgamento. Seu senhor empenhou-se em absolvê-lo assinando um documento garantindo que na noite do crime o escravo ainda estava sob seu domínio e que este era pacífico e dedicado. Jacinto foi absolvido. Dois anos depois, Manoel, apesar de resistir a bala, foi capturado na região por uma diligência e também foi processado. Disse que nos anos ausentes chegou a estar em Laguna (à época Laguna poderia significar qualquer localidade no sul de Santa Catarina). Também recebeu ajuda do seu senhor, pagando-lhe inclusive advogado e foi absolvido.

Jacinto e Manoel eram filhos de Felícia e Roberto e irmãos de Claro apenas por parte de pai. Felícia foi escrava dos Fogaça, e recebeu carta de liberdade por bons serviços prestados¹³. Seus dois filhos continuaram escravos desta família, enquanto Claro era escravo de Pedro Fagundes (provável proprietário de sua mãe). Buscar através do cruzamento de fontes, principalmente inventários e outros processos crimes -além daquelas já pesquisadas - compreender como vivenciaram e porque optaram por experiências diferentes de liberdade é a pergunta que orientará o enfoque a ser seguido acerca das relações de domínio na sociedade em questão. As relações pessoais advindas da proximidade entre a família escrava e senhorial não minimizam a hierarquização da sociedade escravocrata. A fuga é uma opção, mesmo para escravos nascidos em casa de seus senhores, mas se realiza apenas por alguns. Nas relações de trabalho características da pecuária, a brecha na vigilância não importa para viabilizar um plano de fuga, ficando assim mais evidente aquilo que é fundamental para um escravo que foge: a opção do sujeito.

Trabalho

Como afirma Schwartz: "os escravos eram uma força de trabalho, e os trabalhos forçados prestados a outros orientavam praticamente todos os aspectos de sua situação" (Schwartz, 2001, pg. 89). A partir dessa perspectiva, tornou-se fundamental para essa pesquisa compreender o trabalho na pecuária, marcada pela produção agrícola complementar. Nesse caso, um primeiro momento é uma aproximação quantitativa das funções em que estão empregados os escravos e também os livres trabalhadores da estância. Uma análise quantitativa de inventários é uma boa estratégia para começar-se a responder essa questão. Fundamental perceber a distinção entre o contexto em questão e o trabalho em eitos

¹³ APERS – Livro de notas e transmissões, Santo Antônio da Patrulha, Freguezia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, nº 4, vol 1, livro 1, E 50, 24/03/1850-21/11/1860.

característico das grandes produções monocultoras de outras regiões do país. A não especialização do trabalho, conforme nos indicam alguns indícios, é um primeiro elemento a ser pensado.

Perguntado no primeiro interrogatório sobre sua profissão, Jacinto respondeu simplesmente que “trabalha para seu senhor”. Este, possuía roças para as quais “andava elle da casa para as roças de seu dito senhor, e visse verço”. Num segundo interrogatório, no entanto, responde que “trabalhava no que seu senhor mandar fazer e é campeiro”. Assim também é o caso dos escravos João e Joaquim. Os dois realizavam serviços de capatazes, serviços de roça, negócios e arranjos de vida¹⁴. A não especialização parece indicar um trabalho mais individual que as formas de trabalho grupal que marcam os engenhos de açúcar, por exemplo, o que implica a impossibilidade de vigilância direta sobre o trabalho. Pretendemos verificar como a ausência de administradores e feitores, funções características de outras atividades rurais, incide sobre as relações de domínio e trabalho da produção pecuária escravista.

Outro fator importante que se depreende desse contexto, diz respeito à mobilidade do trabalhador. Se não há feitores (o que pretende-se confirmar ou não com a pesquisa) e se o trabalho é muito mais individual que coletivo, os escravos deslocam-se, tanto para buscar o gado, como para lavrar, sem a coerção direta sobre o serviço. Como já colocamos acima, uma característica do trabalho nas fazendas de São Francisco era o deslocamento para as roças da costa. Esse quadro, percebido isoladamente poderia levar à conclusão de que as relações de domínio entre senhores e escravos na economia pecuária eram tão dilatadas que descaracterizariam na prática (não no plano jurídico) a própria escravidão. Não enveredaremos por essa hipótese, a nosso ver equivocada. Como a historiografia há algum tempo indica, os escravos são sujeitos da história e em decorrência, negociam com seus senhores - de uma posição desfavorecida, mas negociam - melhores condições de vida. Porém, a negociação não implica a dissolução do conflito. Se é possível perceber nas relações de trabalho pecuário diferenças fundamentais quando comparadas a outras formas do emprego do trabalho escravo (notadamente a monocultura); no que diz respeito ao conflito, as características básicas da escravidão no Brasil se evidenciam. A incidência de fugas, a organização quilombola, a resistência à reescravização, a violência dos castigos físicos e ações violentas contra os senhores empreendidas por escravos, como o ataque ao povoado de

¹⁴ APERS, Livro de Notas e Transmissões, Santo Antônio da Patrulha, Freguezia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, liv. 2, n.65, set. 1860-set. 1865.

São Francisco de Paula perpetuado no ano de 1866, nos trazem outros questionamentos sobre a escravidão na pecuária e também sobre a resistência escrava no sul do Brasil.

Resistência e fugas escravas em São Francisco, quilombos entre a serra e o mar

Para compreender a origem histórica da Comunidade Remanescente de Quilombos de São Roque, partimos das narrativas que a ligava aos escravos fugidos de São Francisco. Estes, ao fugirem do domínio senhorial iam-se esconder nas escarpas, próximas à Mãe dos Homens. A comunidade diz ter sido São Roque uma ocupação que remetia ao início do século XIX, e um detalhe era fundamental para a continuidade da pesquisa documental: nunca o quilombo de São Roque havia sofrido ataque por parte de milícias ou diligências, o que é um, dentre outros, motivo da permanência da comunidade remanescente de São Roque no território construído por seus antepassados.

A possibilidade que se descortinava para a historiadora não era muito entusiasmante. Sabe-se que a história dos quilombos constituídos como lugares de refúgio durante a vigência da escravidão é predominantemente escrita através da análise dos documentos da repressão (Gomes, 1995, Gomes, 2005, Reis & Gomes, 1996). Ao fugirem dos lugares de reprodução das instâncias administrativas do Estado –e produtoras da documentação – os quilombolas organizaram-se ilegalmente em terras “vazias”, na fronteira agrícola aberta da imensidão territorial da América Portuguesa e do Império Brasileiro. Desse modo invisibilizaram suas experiências para a análise histórica. A exceção ocorre quando as autoridades, por motivos diversos, organizavam expedições com o objetivo de destruir os quilombos e re-escravizar seus membros. A se considerar a capacidade repressiva do Estado colonial e Imperial, centenas de histórias de quilombolas foram perdidas para sempre¹⁵.

O processo político que fez emergir por todo o território nacional centenas de comunidades remanescentes de quilombos trouxe nova luz à compreensão desse movimento social intrínseco ao tempo da escravidão. Conjugando metodologias de pesquisa documental com perspectivas de pesquisa antropológicas e de história oral, novos enfoques sobre a experiência dos sujeitos escravizados podem ser pensados para regiões nas quais não houve

¹⁵ A incapacidade de repressão do Império é evidente na região em estudo. A ausência de praças para proteger o povoado, de capitães do mato para adentrarem os territórios quilombolas e a incapacidade de repressão por parte dos particulares num momento de transição da responsabilidade repressiva da esfera privada para a pública característica do século XIX são características do contexto trabalhado nessa pesquisa. Para o período

interesse dos memorialistas e instâncias administrativas de registrar esse aspecto de sua história local.

A ausência de documentos da repressão levou-nos à pesquisa acerca das relações de trabalho das quais faziam parte os escravos antepassados da comunidade de São Roque antes da fuga. Os primeiros caminhos a serem seguidos foram apontados pela comunidade, ao indicar São Francisco de Paula como a localidade nas quais habitavam seus antepassados. Interessante notar a continuidade das relações entre escravos fugidos e São Francisco, pois todos os antepassados referenciados pela memória, em tempos distintos, foram provenientes daquele povoado. Nesse sentido, começam a surgir elementos para se pensar, a partir das perspectivas mais recentes, o quilombo não como um lugar isolado, mas que a partir de uma organização própria mantém seus canais de comunicação e comércio com grupos externos a ele, e também com outros quilombos da região (Gomes, 2005). Apresentemos os primeiros movimentos da pesquisa.

Um ponto de partida: o ano de 1866.

Mil oitocentos e sessenta e seis foi um ano movimentado no distrito de São Francisco de Paula, pertencente ao município de Santo Antônio da Patrulha. Nos primeiros dias de Janeiro, ocorre o incêndio na casa de Florêncio, o assassinato de sua companheira, de outras duas pessoas que moravam na sua casa e até da cadela que lá habitava. Como vimos acima, esse crime gerou a prisão de Jacinto e Claro. Note-se que estes apenas foram presos porque retornaram ao domínio de seus senhores após um período de fuga. Claro, que junto a Manoel já estava há tempos fugido, parece desistir da idéia de re-escravização e foge novamente, desta vez da prisão. Tanto Claro como Manoel haviam nascido em São Francisco e, mesmo fugidos há anos, permaneciam na região. O mesmo caso se repete com a escrava Delfina¹⁶. Claro e Manoel são suspeitos do crime sob acusação “da voz geral”. Na véspera do crime foram vistos, por várias testemunhas no povoado. Jacinto, rapaz novo, 18 anos, parecia ter empreendido sua primeira fuga. Passou quatro dias fora e espontaneamente retornou ao seu senhor. Durante sua fuga encontrou-se com seus irmãos. Sem nunca podermos saber ao certo, resta-nos duvidar ter sido esse encontro obra do acaso.

prioritariamente focado, entre 1850 e 1871, a ocorrência da Guerra do Paraguai é mais um elemento de instabilidade das forças repressivas que será desenvolvido na continuidade da pesquisa.

¹⁶ Acreditamos que a continuidade da pesquisa nos levará a outros casos semelhantes. AHRs, polícia, maço 31.

Pensemos sobre os movimentos de quem foge. Manoel e Delfina, vêm seus planos desabarem ao serem re-escravizados. Assim como Claro, permaneceram por muito tempo em algum lugar da região. Quando presos estavam em trânsito, em deslocamento. Tal qual eles, visibilizados pela documentação, quantos outros estariam “a vagar” pela região? Sendo muitos, mais de uma dezena, talvez, porque pensar que eles seguiram suas trajetórias individualmente, já que mais de um laço de identidade os ligava?

A existência de quilombos na região é a resposta mais simples para a compreensão dos movimentos desses escravos que perseguimos. E nós, historiadores, parecemos fazê-lo muito mais insistentemente que as autoridades locais à época.

Continuemos no ano de 1866. No dia três de Janeiro, mesmo dia que diz-se ter ocorrido o incêndio na casa de Florêncio, o sub-delegado de São Francisco de Paula escreve ao presidente da província:

“Levo ao conhecimento de V. Ex.^a que consta a esta subdelegacia que anda uma pardilhas de cinco negros fugitivos, na costa deste districto [São Francisco de Paula de Cima da Serra], cujos, andão roubando, e também consta que há no mesmo lugar entranhados na serra, no lugar denominado Jus Afaz um grupo de 12 a 16 homens, sendo parte desertores e criminosos e outros Guarda Nacional que se negão de fazerem serviços ou de marcharem para o destacamento de campanha. Cujos desordeiros vivem roubando gados e animais dos moradores deste lugar, e dizem que qualquer partidior [?] que vá em perseguição delles, que andam pesar [?] uso de suas armas e que não tendem se deixar prenderem; e não havendo nesse districto policia alguma, esta subdelegacia, não pode deliberar nada a respeito e assim faço sciente a V. Ex.^a a necessidade que há de haver aqui um destacamento (03/01/1866).¹⁷”

Caso exista, a documentação pesquisada ainda não permitiu que estabelecêssemos relação entre o incêndio e os fatos que narra a correspondência do delegado. Porém, o que nos deterá no momento não será a relação entre os fatos, mas aquilo que aponta o trecho transcrito acima. Os negros fugidos estão na costa e no mesmo lugar, “entranhados na serra, no lugar denominado Jus Afaz” mais uns 12 a 16 homens, desertores e criminosos aparentemente os acompanham. Muitos elementos interessantes estão contidos nessa fala. Vejamos:

Como há algum tempo vêm-se percebendo, não era exclusivamente de escravos fugidos que se constituíam quilombos. As relações entre desertores, criminosos (seja lá o que

¹⁷ AHRS – Polícia, correspondência delegado de Santo Antônio da Patrulha ao presidente da província, maço 31.

queiram dizer as autoridades ao aplicar esse adjetivo), escravos e libertos, além de índios e quaisquer outros homens livres que conjuguem seus interesses com esses grupos sociais estão sendo percebidas na historiografia na medida que se aprofundam os estudos sobre quilombos. O trabalho mais recente de Gomes é elucidativo sobre essa questão (Gomes, 2005). Embora a autoridade nessa fala distinga os grupos, um mês depois, em nova correspondência, não o fará. Em Fevereiro de 1866, “escravos e dezertores” unidos atacaram a vila de São Francisco¹⁸.

Da correspondência depreende-se que as autoridades sabiam onde se encontravam esses escravos e desertores. Mesmo assim não os ataca, o que pode ser facilmente compreendido pela incapacidade logística de fazê-lo. A situação se explicita no ataque de Fevereiro. Escreverá em correspondência o sub-delegado:

“na noite do dia 13 do corrente mez acharão-se *dezertores e escravos* prontos a darem um açalto dentro desta villa para roubarem e saquearem os habitantes ao que logo dando providencias convidando os cidadãos moradores para Batalharem armada toda noite o que logo se fez e tem se feito...”¹⁹

A vila estava sem praças, o destacamento havia sido dissolvido e o sucesso maior na relação com o quilombolas foi conseguir defender-se dos ataques por eles empreendidos. Armar expedição e ir até o “pântano”, até o “campo negro” conforme Gomes, era tarefa que exigia mais que as possibilidades das autoridades do povoado de São Francisco de Paula. Falta de recursos públicos e/ou privados, aliada a importante constatação de que os quilombolas possuíam armas barravam as tentativas de entrar em território inimigo.

Ainda nos referindo aos escravos fugidos entranhados na serra, percebemos a riqueza de aliar a pesquisa documental às narrativas das comunidades remanescentes de quilombos. Jos Afaz é o lugar onde eles se acoitavam. É também uma referência histórica para a comunidade de São Roque. Contíguo ao refúgio de São Roque, Campo dos Pretos, no Rio Josaphaz, era outro território negro que permanece na memória do grupo²⁰. Na cabeceira do Rio Josafaz, Campo dos Pretos e São Roque mantinha relações tão próximas quanto a ínfima

¹⁸ AHRS – Polícia, correspondência delegado de Santo Antônio da Patrulha ao presidente da província, maço 31.

¹⁹ AHRS – Polícia, correspondência delegado de Santo Antônio da Patrulha ao presidente da província, maço 31.

²⁰ A se considerar as mudanças toponímicas que ocorrem no espaço de mais de 100 anos, podemos aferir que o Josaphaz a que se referem os quilombolas e aquele que narra o sub-delegado é relativo à mesma área através de um mapa de 1877, ilustrando a medição da Fazenda Josaphaz de João Baptista Feijó. Dentro da área desta fazenda localizada na costa, na cabeceira do Rio Josaphaz, está demarcada uma área em destaque denominada Campo dos Pretos. (AHRS – mapas. M 2, G 4, nº 400. Não foi possível encontrar o processo de medição da fazenda).

distância de cerca de duas horas que os separam. As margens do Rio Josaphaz fazem parte do território historicamente ocupado pela comunidade de São Roque. Voltando ao século XIX, essas constatações elucidam aspectos importantes, como os geográficos. Do Josafaz até as fazendas de Tainhas e Cambará, por exemplo, não mais que um dia de caminhada era preciso, ainda mais para quem tinha experiência e conhecimento da região. Voltemos por exemplo a Jacinto. Em quatro dias ele podia ter ido ao Campo dos Pretos ou a São Roque, encontrado seus irmãos e voltado para o “domínio senhorial”. São essas possibilidades de vivência que buscaremos aprofundar daqui por diante.

Encerrando essa breve exposição...

Como apontamos, a ausência de ação repressiva dificulta a pesquisa documental. Embora tenhamos levantado a documentação referente às correspondências policiais entre autoridades do município de Santo Antonio da Patrulha, as séries são muito pequenas e na maior parte das vezes contém documentos que não possuem continuidade. O prosseguimento da pesquisa sobre fugas e formação de quilombos, seguirá a mesma metodologia proposta para se estar pensando trabalho e família em São Francisco de Paula: uma análise quantitativa em inventários e qualitativa de outros processos crimes. A importância do ano de 1866, bem como das transformações por que passa o sistema escravista brasileiro após o fim definitivo do comércio escravo em 1850, direcionam a pesquisa para o período marcado pelo crescimento do tráfico interno de escravos e da conjuntura da Guerra do Paraguai.

Aproximar-se das trajetórias de sujeitos aquilombados provenientes das relações escravistas em São Francisco será a metodologia principal e o fio narrativo pelo qual pretendemos analisar os problemas propostos e os que vierem a surgir. Com a documentação de que dispomos, o cruzamento de fontes é indispensável. Também será fundamental unir a análise quantitativa à qualitativa. Por fim, compreender as relações de trabalho, família, fuga e identidade de escravos e de grupos sociais que conjugassem seus interesses a estes na região em questão envolve um importante diálogo com a historiografia, que desde os anos oitenta vem recolocando problemas a esses temas concernentes à sociedade brasileira escravista.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional : o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARINATTI, Luís Augusto. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). **História** – Unisinos. N. 08, V. 07, Julho/Dezembro de 2003. São Leopoldo, 2003.

GOMES, Flavio dos Santos. **Historias de quilombolas : mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: UNESP, 2005.

MAESTRI FILHO, Mario. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a genese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia..., 1984.

OSORIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam : Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2004.

REIS, João Jose; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio : historia dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2a. reimpressão, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

UMANN, Leandro Valiente. **Vulcanismo ácido da formação serra geral da região de Cambará do Sul, Rio Grande do Sul**. (Tese mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

UMANN, Leandro Valiente, DELIMA, Evandro Fernandes, SOMMER, Carlos Augusto & LIZ, Joaquim Daniel de. Vulcanismo ácido na região de Cambará do Sul –RS: Litoquímica e discussão sobre a origem dos depósitos. **Revista Brasileira de Geociências**, vol. 31, n° 3, set/2001, pp. 357-364.

ZARTH, Paulo A. **Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX**. (tese de doutorado) Niterói: Depto. de História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

Anexo

Tabela I – População da paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra segundo a cor. Recenseamento de 1872²¹.

	Livres	Escravos	Total	%
Pretos e pardos	1434	1079	2513	46
Branco	2632	-	2632	48
Caboclos	313	-	313	06
Total	4379	1079	5458	100

²¹ A tabela foi montada à partir do cruzamento dos dados referentes à população escrava e à cor da população livre.